

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 1.712, DE 2011

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre a fiscalização remota das redes e serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

Autor: Deputado João Dado

Relator: Deputado Alexandre Cardoso

I - RELATÓRIO

Tramita nessa Comissão, em regime de apreciação conclusiva, o Projeto de Lei nº 1.712, de 2011, da lavra do Deputado João Dado, e que regulamenta a fiscalização remota de redes de telecomunicações por parte da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações.

O texto introduz na Lei Geral de Telecomunicações – Lei nº 9.472, de 1997 – dispositivo que confere à Anatel a possibilidade de estabelecer sistemas nas redes das prestadoras de telecomunicações que permitam à Agência obter, remotamente e sem a necessidade de presença física, informações necessárias à ação fiscalizadora.

Esse conjunto de informações que estará disponível à Anatel incluem informações cadastrais sensíveis e conversas telefônicas mantidas com as centrais de atendimento das concessionárias.

O projeto também define o direito de a prestadora de telecomunicações alvo da fiscalização indicar funcionário para acompanhar a

ação da Anatel, assim como de ser informada previamente desse procedimento.

O texto deixa claro, através do §7º do artigo 78-A proposto, que a referida monitoração não se confunde com o processo de interceptação de comunicações telefônicas ou eletrônicas.

A proposição foi enviada para a apreciação inicial desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, órgão no qual, decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

As prestadoras do serviço de telecomunicações vêm se notabilizado por figurarem, constantemente, entre as campeãs de reclamação nos organismos de proteção e defesa do consumidor, o que tem gerado pressão para que a Anatel estabeleça mecanismos mais eficientes de fiscalização.

O TCU – Tribunal de Contas da União –, através do Acórdão nº 1.458/2005, sugere que a Anatel crie mecanismos de integração entre as diversas áreas envolvidas na fiscalização da qualidade dos serviços com o objetivo de realizar melhor acompanhamento da prestação dos serviços de telecomunicações, inclusive, conforme o Acórdão nº 2.109/2006, fazendo uso de sistemas de monitoramento para fiscalização em tempo real.

Assim, a Anatel vem se preparando para utilizar mecanismos de maior eficiência fiscalizatória, como é o caso da proposta de instalação de sistemas de fiscalização remota, objeto de consulta pública que altera o Regulamento de Fiscalização da Agência.

Essas ações da Anatel no sentido de ampliar seus instrumentos fiscalizatórios, e, também, introduzir sistemáticas mais eficientes que permitam à Agência controlar a qualidade do serviço de telecomunicações prestado à população, vêm ao encontro dos anseios da sociedade e do Congresso Nacional.

Entretanto, o projeto de que lei que ora analisamos pretende impor restrições ao sistema de fiscalização remoto em implantação na Anatel, como fica evidenciado pelo disposto no §2º do artigo 78-A que obriga a Agência informar previamente a operadora que estará sendo objeto de fiscalização.

Consideramos que esse dispositivo retira a eficácia da ação fiscalizadora, tendo em vista que a prestadora, uma vez informada que irá ser objeto de fiscalização, poderá adotar medidas corretivas imediatas para elevar a qualidade do serviço prestado para um determinado cliente objeto de fiscalização, situação na qual os dados e informações que a Anatel teria acesso não mais refletiriam a realidade do serviço prestado aos cidadãos.

Da mesma forma, o dispositivo que prevê que as prestadoras de telecomunicações poderão indicar representante para acompanhar ações da Anatel é outra medida que reduz o poder fiscalizatório da Agência, pois o funcionário da empresa poderá adotar medidas no sentido de tornar as informações de qualidade obtidas pela Agência menos aderentes à realidade observada pelos consumidores.

A adoção de medidas, por parte da Anatel, que venham a ampliar a qualidade dos serviços de telecomunicações é uma demanda antiga do Congresso Nacional e da sociedade, que exige um serviço de telecomunicações de melhor qualidade e a preços mais baixos, o que nos leva a considerar como inadequado o texto ora em análise, o qual pretende colocar óbices à ação fiscalizadora da Agência.

Diante do exposto, o nosso voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 1.712, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado Alexandre Cardoso
Relator